



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 49216/2023/MF

Brasília, 28 de setembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 252, de 04.09.2023, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1679/2023, de autoria da Comissão de Saúde, que solicita “estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei anexa”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação da Comissão, o Despacho 37435072, da Secretaria do Tesouro Nacional, que recomendou o envio da presente demanda ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgãos responsáveis pela gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 29/09/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37575725** e o código CRC **A2176DF4**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2341209>

2341209





DESPACHO

Processo nº 19995.106398/2023-64

Em atendimento ao Despacho MF-GMF-ASPAR-DIDEP (SEI nº 37012623), que solicita resposta ao Requerimento de Informação nº 1679/2023 (SEI nº 37012598), informamos que apesar da Secretaria do Tesouro Nacional, ser o órgão central dos Sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade Federal, a presente demanda escapa às competências regimentais deste órgão, informando que a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do INSS.

Ademais, cabe salientar que, tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 131 da Lei nº 14.436 de 9 de agosto de 2022 (LDO 2023), compete ao proponente da matéria a elaboração de suas estimativas de impacto orçamentário e financeiro, objeto do citado Requerimento de Informação nº 1679/2023 (SEI nº 37012598).

Isso posto, restituímos o presente processo.

Brasília, 12 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**MARIO AUGUSTO GOUVÊA DE ALMEIDA**

Chefe da Assessoria



Documento assinado eletronicamente por **Mario Augusto Gouvêa de Almeida, Chefe(a) de Assessoria**, em 12/09/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37126319** e o código CRC **FA35773E**.

